

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2019/015009  
RECORRENTE: RICARDO FONTES GLORIA  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA  
BAHIA - SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: P000833924

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA:** Multa por “Forçar passagem entre veículos que transitando (...)” Art. 165 do CTB “Dirigir sob influência de álcool”(…). Alegação de ausência de preenchimento obrigatório do CAMPO “OBSERVAÇÕES”. Ausência de indícios de embriaguez no AIT. Descrevendo a situação observada. Nulidade do AIT. Recurso Conhecido e Provido.

### Relatório

Trata-se de Recurso interposto, em face de expedição de Auto de infração de Trânsito por **Art. 165 do CTB “Dirigir sob influência de álcool (...)”**, na data de **09/03/2019**.

Se insurge o Recorrente em face da lavratura do auto de infração, alegando, dentre outras impugnações, que não houve descrição da infração cometida no campo observações, o que no seu entender leva ao arquivamento do AIT.

O Recorrente junta documentação necessária à análise de suas argumentações, onde clama pela reforma da decisão para que seja liberado da multa imposta, acostando os documentos obrigatórios.

É o relatório

### Voto

Superada as questões de ordem processuais. Diante da alegação de nulidade do AIT por ausência de preenchimento do campo observações cumpre informar que da análise do AIT, verifica-se que o campo “observações” não traz qualquer informação que possa descrever a conduta típica autuada pelo agente de fiscalização de trânsito, já que o artigo 165 do CTB traz o tipo descrito **Dirigir sob influência de álcool** o que devia ser apontado através de informações no campo observações que desse conta da suposta embriaguez do Recorrente, já que não há prova técnica nos autos, no caso, o uso do bafômetro que foi recusado pelo Recorrente, quando deveria então, enquadrar o conduta no artigo 165-A do CTB já vigente à época e que se subsumiria de forma perfeita à conduta do Autuado, já que não há prova da embriaguez por faltar o preenchimento da situação observada pelo agente de fiscalização de trânsito.

Malgrado o agente de fiscalização de trânsito tenha tipificado a infração no artigo 165 do CTB, deixou o mesmo de complementar informações obrigatórias (campo observações com a descrição da conduta observada) no AIT, o que garantiria a subsistência do próprio auto de infração e não comprometeria a ampla defesa do administrado.

Desta forma, por ser um campo de preenchimento obrigatório, nos termos do MBFT, e não ocorrendo tal providencia por parte do Agente de Fiscalização de Trânsito, certo é que o AIT deve ser declarado nulo, com o seu conseqüente arquivamento, em atenção ao que dispõe o **artigo 4º, Inciso I da Resolução CONTRAN 390/2011**. Vejamos:

Art. 4º À exceção do disposto no artigo 5º desta Resolução, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da constatação da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao infrator, na qual deverão constar:  
I - os dados do auto de infração, conforme anexo I desta Resolução;

(...)

ANEXO I Definição dos blocos e campos mínimos que deverão compor o Auto de Infração:

(...)

#### IV. BLOCO 4 - IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO

CAMPO 1 - "CÓDIGO DA INFRAÇÃO" (preenchimento obrigatório)

CAMPO 2 - "TIPIFICAÇÃO RESUMIDA DA INFRAÇÃO" (preenchimento obrigatório)

**CAMPO 3 – “OBSERVAÇÕES” (campo destinado ao detalhamento da infração de preenchimento obrigatório). (Grifei)**

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

(...)

No mesmo sentido é a doutrina especializada contida no Manual Técnico de Fiscalização de Trânsito<sup>1</sup>, em sua página 157, em que a orientação para lavratura do AIT exige o preenchimento obrigatório do campo “observações”, neste caso em específico, descrevendo a conduta que ensejou a autuação.

**Ficam as demais alegações afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.**

Isto posto, verifico que as razões recursais corroboram com as pretensões da Recorrente, no que se refere apenas ao não preenchimento do campo ‘OBSERVAÇÕES’, quando ao agente de fiscalização de Trânsito era obrigado a descrever a conduta que observou como contraria à Lei a fim de garantir a subsistência da autuação e garantir o integral direito de defesa e contraditório do Recorrente, e assim não o fez, comprometendo o princípio da ampla defesa, legalidade e devido Processo Legal, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, em razão do disposto no art. 165 do CTB do CTB, considerando o Auto de Infração nº. P000833924, inconsistente e determinando o seu arquivamento.**

#### **Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **PROVIDO, considerando o Auto de Infração nº. P000833924 inconsistente e determinando o seu arquivamento** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 25 de Janeiro de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalice Amorim dos Santos -Membro Titular/SIT – Relatora

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI

---

<sup>1</sup> Silva, Fábio Guimarães Sobreira da Silva - Manual Técnico de Fiscalização de Trânsito – Revisado, Atualizado e Ampliado. 1 Ed. – Cascavel, PR. Ed. do Autor, 2017, 700p.

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.